



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYAZINHOS
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial nº 001/2022

Permanente
de
Licitação
Presencial

Rubrica:

121
Mae

Processo n.º 2022.109.000028-P-PR
Data: 10/11/2022

Pregão Presencial SRP n.º 001/2022

Processo n.º. 2022.109.000028-P-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-0911 / 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços**, cujo Edital recebeu o **nº 001/2022**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 22 de dezembro de 2022**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Proposta e Planilha de Custos Unitários - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação -Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII

1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de



conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de papel A4, contendo 500 folhas.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de tecnologia da informação, para a lavratura e impressão de auto de infração de trânsito e de transporte, através de solução global e integrada, com o fornecimento de licença de software de talonário eletrônico e de gestão, equipamentos, sistemas e infraestrutura (assessoria, manutenção, suporte e treinamento), permitindo registros "on line" e "off line" dos autos de infrações e consultas em tempo real de informações de veículos, com acesso "on line", independente de operadora, à base de dados do Detran/RJ, e em modo "off line" capazes de armazenar dados dos veículos em número compatível com a frota do Estado do Rio de Janeiro e demais especificações, condições, quantidades e exigências, conforme descrito neste Edital e seus anexos.**

2.2- A quantidade é estimativa máxima para contratação, em conformidade com a legislação em vigor. **O IMTT não está obrigado a contratar a quantidade total estimada, possibilitando a contratação integral, parcial ou mesmo a NÃO contratação.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:



4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (esta com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais da Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

[assinatura]

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa não será desclassificada, desde que observada, de maneira integral, os formatos previstos neste edital.

6.2.2 - Cumpre destacar a importância do preenchimento da PROPOSTA COMERCIAL NA FORMA AUTOMÁTICA quer seja para dar celeridade à sessão pública, quer seja, sobretudo, pelo fato do mesmo minimizar os riscos de erros e/ou não preenchimento de algum valor unitário, o que acarretará na desclassificação imediata da proposta comercial.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (o pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, a Proposta deverá atender de maneira integral, aos formatos previstos neste edital, sob pena de imediata desclassificação.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Encerrado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o



pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;



7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo**



negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação de amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes.**

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da Prefeitura, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.



7.24- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades

empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração proceder na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;



c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.3- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.1.3.1- Índice de Liquidez Geral

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP})$$

8.3.1.3.2- Índice de Liquidez Corrente

$$\text{ILC} = \text{AC} / \text{PC}$$

8.3.1.3.3- Grau de Endividamento Geral

$$\text{GEG} = \text{ET} / \text{AT}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.1.4- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.1.4.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.1.4.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.1.4.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$



8.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 5% (dez por cento) do valor final da licitante vencedora.

8.3.2.1- Em que pese o disposto no subitem 8.3.1.1, na hipótese de a comprovação ser realizada por meio de patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.

8.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.


8.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - A licitante deverá atender as exigências elencadas no item 20 do Termo de Referência (Anexo VIII), elaborado pelo Instituto Municipal de Trânsito e Transporte.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro do IMTT, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.



8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS


9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.



10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso nos serviços, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando e se efetivada, correrá por conta dos Programa de Trabalho 04.122.0095.2484.0000 e pela Natureza de Despesa 339039.

12- DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- A empresa vencedora, quando da solicitação de início dos serviços, deverá(ão) retirar a Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias a contar da comunicação efetivada pelo setor de licitações e contratos;

12.1.2- O prazo de prestação dos serviços deverá obedecer ao disposto no item 17 do Termo de Referência (Anexo VIII).

12.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de início dos serviços, que deverá ocorrer conforme subitem 6.1 do Termo de Referência (Anexo VIII).

12.1.4- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.5- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.



12.1.6- Em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação escrita do contratado, a que se refere a alínea anterior.

12.2- LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1- O vencedor desta licitação terá que prestar os serviços conforme solicitações do IMTT, que repassará ao contratado os locais e as datas da execução do objeto, como estabelecido no Termo de Referência elaborado pelo Instituto Municipal de Trânsito e Transporte (Anexo VIII).

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será executado sob a forma indireta, no regime de **empreitada por preço unitário**.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, o IMTT convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata da Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de prestação dos serviços será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação do **IMTT** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

14.2 - A Contratada deverá, conforme previsto no item 23 do Termo de Referência, prestar garantia contratual, podendo optar por uma das modalidades listadas abaixo, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato para o objeto da presente licitação; a caução poderá ser:

seguro-garantia;
dinheiro;
título da dívida pública;
fiança bancária.

14.2.1- No caso de título da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.2.2- No caso de garantia em dinheiro, esta deverá ser depositada em conta a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda e o comprovante de depósito deverá ser



apresentado na Tesouraria da Secretaria, onde será entregue a Guia de Recolhimento de Receitas Diversas.

14.2.3 - A garantia contratual, a que se refere os subitens anteriores, deverá ser apresentada conforme previsto no subitem 23.1 do Termo de Referência.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 1.111.800,00 (um milhão e cento e onze mil e oitocentos reais).**

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pela prestação dos serviços, objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **IMTT** realizará o pagamento à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a prestação dos serviços, de acordo com o item 18 do Termo de Referência (Anexo VIII).

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda .

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

17.4- O pagamento será efetuado pelo **IMTT à CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.



17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa do **IMTT**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte.

17.7- Caso o **IMTT** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, o **IMTT** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.



19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

19.7- A Administração poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 10 de novembro de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE
NELSON GODA FERNANDES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital> 

Nelson Godá
Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte



Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificações técnicas contidas no item 3 e anexo I do Termo de Referência)	QUANT	UND	MARCA	VALOR UNITÁRIO MENSAL - R\$	VALOR TOTAL MENSAL - R\$	VALOR GLOBAL 12 MESES - R\$
1	Licença de uso de talonário eletrônico de Trânsito	85	CÓPIA				
2	Licença de uso de talonário eletrônico de Transporte	15	CÓPIA				
3	Licença de uso de Sistema de Gestão de Transporte	1	CÓPIA				
4	Locação de equipamento eletrônico para talonário (PDA)	85	EQUIP.				
5	Locação de impressora térmica portátil	50	EQUIP.				
6	Software de Gestão do Talonário	1	CÓPIA				
7	Software de Georreferenciamento	1	CÓPIA				
8	Serviços de suporte e manutenção dos equipamentos e softwares	1	SERVIÇO				
9	Serviço de treinamento e implantação	1	SERVIÇO				
10	Transmissão de dados entre os PDA, Detran e Corporativo	85	SERVIÇO				
11	Armazenamento de dados em nuvem durante o contrato	1	SERVIÇO				

Valor Total para 12 meses:

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 001/2022, seus anexos, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.





PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial nº 001/2022

Comissão Permanente de	Fis.: 243
Rubrica:	<i>[Assinatura]</i>

Processo n.º 2022.109.000028-P-PR
Data: 10/11/2022

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 001/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, ciência do prazo e condições para apresentação das amostras contidas no Termo de Referência e que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial nº 001/2022

Comissão Permanente de Licitação	244
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

Processo n.º 2022.109.000028-P-PR
Data: 10/11/2022

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2022

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O INSTITUTO MUNICIPAL DE
TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT E A
EMPRESA _____.**

O INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT, com sede na Rua Barão da Lagoa Dourada, 197 - Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o n.º _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º 2022.109.000028-P-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **prestação de serviços de tecnologia da informação, para a lavratura e impressão de auto de infração de trânsito e de transporte, através de solução global e integrada, com o fornecimento de licença de software de talonário eletrônico e de gestão, equipamentos, sistemas e infraestrutura (assessoria, manutenção, suporte e treinamento), permitindo registros "on line" e "off line" dos autos de infrações e consultas em tempo real de informações de veículos, com acesso "on line", independente de operadora, à base de dados do Detran/RJ, e em modo "off line" capazes de armazenar dados dos veículos em número compatível com a frota do Estado do Rio de Janeiro e demais especificações, condições, quantidades e exigências, conforme descrito na Nota de Empenho n.º ____/2022.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2022.109.000028-P-PR** e em tudo o mais que se relacione com os serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **001/2022**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) prestar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelos serviços;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;



- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a execução do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho _____ e pela Natureza de Despesa N.D. _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso de a **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.



Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº. 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;



- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de prestação dos serviços objeto deste contrato será de _____.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Em conformidade com o disposto no Edital da licitação na modalidade Pregão nº 001/2022, a **CONTRATADA** está prestando (ou prestará) garantia em _____, no valor de R\$ _____, como segurança do fiel, completo e perfeito cumprimento das obrigações assumidas entre a empresa afiançada e o **CONTRATANTE**, através deste instrumento contratual, conforme documento emitido pela _____, em _____ de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 001/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial nº 001/2022

Comissão Permanente de	Fls.: 249
de	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo nº	

Processo n.º 2022.109.000028-P-PR
Data: 10/11/2022

CONTRATADA e respectivos anexos do processo administrativo nº 2022.109.000028-P-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Contratante: _____
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Contratada: _____

Testemunhas: _____



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial nº 001/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 250
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]
Processo n.º 2022.109.000028-P-PR	
Data: 10/11/2022	

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a),
portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº
....., a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de
Campos dos Goytacazes, na modalidade **PREGÃO nº 001/2022**, supra-referenciada, na
qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se
em nome da empresa, **bem como formular
propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar
contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa com firma reconhecida



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOIABES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTAÇÃO
Pregão Presencial nº 001/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 251
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº 2022-109-000028-P-PR	
Data: 10/11/2022	

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 001/2022

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial nº 001/2022

Comissão Permanente	Fis.: 252
Licitação	Rubrica: <i>Mor</i>
Processo Nº	

Processo n.º 2022.109.000028-P-PR
Data: 10/11/2022

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

....., (nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei
e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº**
001/2022.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa

Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 001/2022

.....(razão
social do licitante) com endereço na
.....

inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 **e não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida Lei Complementar**, sendo considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2022.

Representante legal da empresa



ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022

Ao _____ dia do mês de _____ de dois mil e vinte e dois, o **INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE**, inscrito no CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, Campos dos Goytacazes, RJ, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal nº 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal nº 065/05, Decreto Municipal nº 342/06, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2022, para futura e eventual prestação de serviços de tecnologia da informação, para a lavratura e impressão de auto de infração de trânsito e de transporte, através de solução global e integrada, com o fornecimento de licença de software de talonário eletrônico e de gestão, equipamentos, sistemas e infraestrutura (assessoria, manutenção, suporte e treinamento), permitindo registros “on line” e “off line” dos autos de infrações e consultas em tempo real de informações de veículos, com acesso “on line”, independente de operadora, à base de dados do Detran/RJ, e em modo “off line” capazes de armazenar dados dos veículos em número compatível com a frota do Estado do Rio de Janeiro e demais especificações, condições, quantidades e exigências, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de 12 (doze) meses, a fim de atender as necessidades do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte.

Processo nº 2022.109.000028-P-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	

Item	Descrição do Serviço	Quantidade	Unidade	Marca (se houver)	Valor

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados, os quais serão contratados de acordo com a necessidade e conveniência do IMTT, mediante a convocação para a assinatura do contrato.





Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 255
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	
Processo n.º 2022.109.000028-P-PR	
Data: 10/11/2022	

- 1.2 As quantidades dos serviços que vierem a ser contratados serão definidos no respectivo contrato.
- 1.3 Os serviços deverão ser prestados conforme estabelecido no Termo de Referência, elaborado pelo **Instituto Municipal de Trânsito e Transporte**.
- 1.3.1 - A empresa deverá, obrigatoriamente, prestar a totalidade dos serviços solicitados, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis.
- 1.4 Os licitantes terão seus serviços analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão recusados, devendo ser refeitos/substituídos no prazo máximo definido no Termo de Referência (Anexo - VIII), elaborado pelo **IMTT**.
- 1.5 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.
- 1.6 O pagamento será conforme disposto no edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 1.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.
- 1.8 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial nº 001/2022

Comissão Permanente	Fis.: 256
Licitação	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo nº	

Processo n.º 2022.109.000028-P-PR
Data: 10/11/2022

Campos dos Goytacazes, ____ de ____ de 2022.

INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Empresa

Testemunhas: _____

[assinatura]



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
Pregão Presencial nº 001/2022

Processo n.º 2022.109.000028-P-PR
Data: 10/11/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 257
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 258
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência o tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação dos SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA A LAVRATURA E IMPRESSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E DE TRANSPORTE, através de solução global e integrada, com o fornecimento de licença de software de talonário eletrônico e de gestão, equipamentos, sistemas e infraestrutura (assessoria, manutenção, suporte e treinamento), permitindo registros “on line” e “off line” dos autos de infrações e consultas em tempo real de informações de veículos, com acesso “on line”, independente de operadora, à base de dados do Detran.RJ, e em modo “off line” capazes de armazenar dados dos veículos em número compatível com a frota do Estado do Rio de Janeiro e demais especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.

1.2. Todas as condições e itens especificados neste instrumento fazem parte da solução exigida para atendimento ao objeto do pleito, sendo suas características e requisitos mínimos de caráter obrigatório, constituindo o não atendimento na desclassificação da proposta da licitante.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A desburocratização e a modernização dos serviços públicos têm se colocado como uma necessidade aos administradores para o exercício das suas funções, possibilitando a prestação de melhores serviços aos cidadãos com agilidade nos atendimentos e possibilitando a solução de problemas no menor tempo possível.

2.2. Diante deste cenário faz-se necessária a adoção de um sistema para acompanhar melhor os diversos serviços de trânsito e transporte, utilizados tanto pelos ~~agentes deste Instituto de Trânsito e Transporte – IMTT~~, quanto pela Guarda Municipal.

Comissão	FS...
Permanente	259
de	Rubrica:
Licitação	Walt
Processo Nº	

2.3. As ações atuais em curso neste Termo de Referência são de ~~suma importância~~ para a boa gestão que o IMTT visa realizar, ampliando o escopo hoje praticado apenas na área de trânsito, para também ser implementado na área concernente a fiscalização dos transportes.

2.4. Conforme definição estabelecida no art. 9º da Resolução n.º 638, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN): “o policiamento e a fiscalização são os atos de prevenção e repressão que visam a controlar o cumprimento da legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa”.

2.5. Essa nova contratação busca-se eliminar as falhas, perdas e inconsistências decorrentes do processo de registro das infrações de trânsito e transporte pelos agentes de fiscalização através da prática convencional da caneta e talonários de multas em papel e estabelecendo os critérios para implantação de procedimentos de controle das autuações, desde o seu registro, emissão das notificações e interposição de recursos concluindo a vida útil do auto de infração.

2.6. Sem a solução tecnológica do talonário eletrônico, voltariamos ao método tradicional do talão de papel para a lavratura dos autos de infração de trânsito e manteremos a forma, hoje vigente e precária, de lavratura de autos de transportes em talonários de papel. O processo de fiscalização de trânsito, por exemplo, desde a lavratura de autos de infração até seus registros nos sistemas, nesses moldes, voltaria a ser burocrático e vagaroso, além de sujeito a falhas, que podem acarretar o arquivamento do auto de infração de trânsito por irregularidades quanto ao seu preenchimento ou por descumprimento do prazo legal estabelecido para a expedição da notificação da autuação. No caso dos autos de transporte, esta alteração visa dar maior segurança e agilidade no registro e controle dos dados.

2.7. Dessa forma, a utilização de meios tecnológicos, disponíveis no mercado e já implantado no IMTT e em outras Unidades da Federação, tem se mostrado uma das formas mais eficazes no auxílio da gestão e do registro de infrações de trânsito, além de estar em consonância com Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito e que deve se

tornar uma forma mais eficaz também no auxílio da gestão dos registros de infrações de transportes em nosso Município.

Comissão	Fis.
Permanente	260
de	Rubrica:
Licitação	176
Processo Nº	

2.8. A opção pelo Registro de Preços se deve ao fato da possibilidade de demandas futuras, frequentes, parceladas e incertas, dada a ampliação das equipes de agentes de fiscalização, tanto deste IMTT, quanto da Guarda Municipal.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

3.1. Requisitos técnicos funcionais e não funcionais mínimos dos smartphones:

3.1.1. O equipamento deve ser portátil e de uso manual, do tipo smartphone, com dimensões, peso e outros atributos físicos compatíveis com uso em trânsito e externo; por compatibilidade entenda-se dimensões e peso equivalentes aos de um smartphone moderno (data de lançamento de no máximo 02 anos a partir do início do contrato); para referência, equipamentos do tipo notebook, ultrabook ou semelhante não serão aceitos. Por outros atributos físicos entenda-se resistência a condições severas de uso, pois os aparelhos estarão sujeitos a choques e arranhões decorrentes de seu uso em condições normais.

3.1.2. Os equipamentos deverão prover um serviço que possua memória não volátil suficiente para armazenamento de todos os dados operacionais, não devendo tais dados perecerem em caso de desligamento ou falta de bateria.

3.1.3. Os equipamentos providos através deste serviço deverão possuir característica de memória interna suficiente para uso durante ao menos 03 (três) dias, para o caso de indisponibilidade de rede de dados que impeça a transferência de dados para a base operacional.

3.1.4. Os equipamentos providos através deste serviço deverão permitir transferência de dados com a base operacional, através da rede de telefonia móvel (4G), ou mesmo wifi.

3.1.5. Os equipamentos providos através deste serviço deverão possuir todos os recursos necessários para a operação integrada com os demais componentes do objeto deste termo de referência (conexão com a base operacional, impressoras, etc.), não podendo haver

Comissão	261
Permanente de Licitação	Rubrica: <i>Neto</i>
Processo Nº	



qualquer limitação de funcionalidade dos demais itens dos serviços devido a restrições de equipamentos.

3.1.6. Também deverão possuir sistema de geolocalização, com informação em tempo real das atividades dos agentes.

3.1.7. Permitir que vários sistemas possam ser usados pelo mesmo equipamento sem que um sistema afete o negócio do outro.

3.1.8. O serviço deverá ser provido de forma completa, ou seja, os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios e demais itens necessários para seu uso durante a execução dos serviços.

3.1.9. A autonomia dos equipamentos vinculados a este serviço deverá ser de ao menos 12 (doze) horas (duração de uma escala de serviço padrão), a partir de uma carga total.

3.1.10. Deve ser compatível com a impressora térmica em relação aos protocolos de conectividade.

3.1.11. Todos os equipamentos e os componentes devem estar em perfeito estado de funcionamento.

3.1.12. Todos os equipamentos móveis deverão permitir somente o uso de aplicativos e funcionalidades autorizados pela contratada. Os equipamentos móveis deverão estar bloqueados para habilitação/desabilitação de funcionalidades, bem como instalação de sistemas e aplicativos não autorizados pela contratada.

3.1.13. Especificações do PDA:

- a) Tela touchscreen com display: 5.0";
- b) Resolução: 540 x 960px;
- c) Sistema Operacional: Android (Go) 8.1 Oreo;
- d) Multiprocessador com mínimo de 1,5 Hz quad core;
- e) Memória RAM com o mínimo de 1,5 Gb;
- f) Memória interna mínima de 8 Gb;
- g) GPS;
- h) Tecnologia de Rede: GSM / HSPA / LTE.

Comissão Permanente de Licitação	Nº... 262
Rubrica:	<i>[Assinatura]</i>
Processo Nº	

3.2. Requisitos técnicos funcionais e não funcionais mínimos das impressoras térmicas:

3.2.1. As impressoras deverão ser térmicas, móveis e portáteis, de uso manual, com dimensões e peso compatíveis com uso em trânsito e externo, totalmente integradas aos demais componentes do objeto.

3.2.2. A qualidade do papel utilizado na impressão do auto de infração deverá permitir que as informações impressas permaneçam legíveis por no mínimo 02 (dois anos), sendo essa comprovação indicada em documentação do fabricante do papel.

3.2.3. Recurso de conectividade compatível com o dispositivo móvel da aplicação.

3.2.4. Todos os insumos e acessórios necessários para o fornecimento deste item fazem parte do escopo do serviço, e serão de responsabilidade da contratada. Dentre estes insumos e acessórios, citam-se: papel termocrômico, cabos, baterias, alimentadores/carregadores.

3.2.5. As impressoras deverão imprimir sem necessariamente estarem conectadas a uma fonte de alimentação externa.

3.2.6. Possuir bateria recarregável com no mínimo 12 (doze) horas de uso operacional e carregadores/alimentadores compatíveis com a rede elétrica de 100~240V.

3.2.7. Especificações da Impressora portátil:

- a) Método de Impressão: Térmico Direto;
- b) Largura de Impressão: 3" (72mm);
- c) Velocidade de Impressão: 60mm/seg;
- d) Bateria: Ion-Lítion de 2000mAh;
- e) Capacidade de Impressão: 6 rolos p/ carga;
- f) Emulação ESC/POS;
- g) Comunicação: Bluetooth | USB;
- h) Dimensões: 108x111x62mm;
- i) Peso máximo de 400g;
- j) Opcionais: Leitor MIFARE / Leitor tarja magnética;
- k) Certificação: ANATEL.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 263
Processo Nº	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

4. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Disponibilização de equipamentos PDA, e impressoras portáteis, nas quantidades e especificações indicadas no presente Instrumento, incluindo assistência técnica, peças de reposição e acessórios para fiscalização de trânsito e de transporte. Todos os equipamentos disponibilizados deverão ser novos.
- 4.2. A solução contratada deverá permitir o cadastro de autos de infração, bem como a impressão e reimpressão por meio de impressora sem fio, no momento da lavratura do mesmo.
- 4.3. Rotinas específicas para sincronização dos PDAs com desktop da base para recepção e envio de dados.
- 4.4. Instalação de solução de conectividade para transmissão e recepção de dados entre o contratante e a base operacional, incluindo circuitos, equipamentos, customizações, assistência técnica, suporte e operação.
- 4.5. Desenvolvimento e manutenção corretiva e evolutiva de programa para envio dos autos de infrações aos sistemas corporativos do contratante.
- 4.6. Prestação de serviços de operação, supervisão de operação e suporte de sistemas nas bases estipuladas, para administração centralizada das atividades.
- 4.7. Deverá possuir cadastro de agentes pelo nome, e-mail, IMEI do aparelho e número de matrícula e possuir cadastro de administradores do sistema com login, senha, nome, número de matrícula/ID.
- 4.8. Deverá possuir níveis de controle de acesso de usuários ao sistema, controlando o acesso ao gerenciamento de relatórios, gestão de infrações e estatísticas gerais.
- 4.9. Deverá possuir geração dinâmica de formulários eletrônicos com atualização automática no software embarcado do sistema.
- 4.10. Deve possuir modulo de estatísticas com gráficos indicativos do volume de infrações por data, volume de infrações registradas por cada agente, artigos de infração mais comuns, porcentagem de infrações sincronizadas com a base estadual e nacional com sucesso, gráfico

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 264
Processo Nº	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

indicativo da quantidade de solicitações de cancelamento e permitir a geração de relatórios customizados em formato PDF, a partir de filtros de todas infrações registradas.

4.11. A solução proposta deverá contemplar a proteção dos dados, residentes nos smartphones, que só deverão ser acessados por pessoas devidamente autorizadas, credenciadas, com acesso exclusivo de identificação, por intermédio de senha armazenada e criptografada, que deverá ter tamanho mínimo de 6 (seis) caracteres e poderá ser alterada a qualquer tempo, provida de mecanismo de bloqueio em situações de inutilização acima de trinta dias, regulada automaticamente pelo próprio sistema e limitado ao acesso de três tentativas consecutivas para autenticação.

4.12. A contratada deverá implementar controles mínimos de segurança, instalação de antivírus, proteção contra spywares, gerenciamento de patchers e vulnerabilidade além da instalação de personal firewall, visando a proteção das informações residentes nos equipamentos.

4.13. A transmissão de dados deverá ser restrita e segura entre os dispositivos móveis e o software de gestão de talonário através de link dedicado (físico ou sem fio), a ser fornecido pela contratada.

4.14. A contratada deverá dar treinamento inicial, onde serão apresentadas as funcionalidades dos softwares e equipamentos, além do treinamento operacional, sempre que necessário, bem como providenciar a distribuição de material de apoio através de apostilas e manual técnico dos equipamentos e softwares.

4.15. O treinamento deverá ocorrer, obrigatoriamente com a presença de técnicos especializados da contratada.

4.16. O treinamento inicial será ministrado para os usuários, devendo ser abordado aspectos e detalhamento de operação do equipamento e do software para as atividades desempenhadas.

4.17. O treinamento operacional também poderá ser ministrado em caráter de reciclagem, conforme demandado pela contratante.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 265
Processo Nº	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

4.18. A empresa prestará serviços de Assistência Técnica, para os equipamentos e softwares, com prazo máximo para atendimento de até 02 (dois) dias úteis, após a abertura do chamado, durante todo período de vigência contratual.

4.19. A contratada deverá disponibilizar sistema de informação através do qual a contratante possa, segundo sua conveniência e necessidade, solicitar (abrir chamados) serviços de suporte, mudança, ajustes, notificar problemas, descontinuidades, falhas ou qualquer outro ponto que julgue pertinente, dentro do escopo da prestação dos serviços. Este sistema perpassará todos os itens de serviço deste termo de referência, ou seja, será o ponto de contato para serviços de suporte entre a contratada e a contratante. O foco deste sistema deverá ser funcionalidades básicas de um Service Desk.

4.20. Tal sistema deverá prover funcionalidades básicas de registro e acompanhamento dos chamados, bem como funcionalidades de relatórios de acompanhamento do desempenho dos serviços. A contratante poderá solicitar à contratada o detalhamento de todas as informações constantes neste sistema, como datas, histórico de atendimento, violações de níveis de serviços, quantitativos de chamados, ou quaisquer outras informações pertinentes ao objeto que porventura tenham sido registradas no sistema.

4.21. O software de Talonário Eletrônico descrito neste Termo de Referência deverá ser atualizado e assim mantido, durante a vigência do contrato, quanto às atualizações legais relativas e pertinentes a legislação de trânsito e de transportes municipal e, que sejam aplicáveis, dentro dos prazos estipulados pelas respectivas legislações, sendo realizadas sempre em conjunto com o IMTT, além de disponibilizar melhorias técnicas e funcionalidades ao software que sejam requisitadas.

4.22. Os custos de atualização dos aplicativos em decorrência de modificações ou inclusões nas leis e regulamentos em vigor no País deverão ser plenamente absorvidos pela empresa fornecedora da solução instalada, tendo em vista que o contratante está adquirindo uma solução completa e que funcione.

4.23. Toda e qualquer alteração no software de Talonário de Multa de Trânsito e/ou em suas versões, a contratada deverá realizar a homologação desta no DENATRAN de acordo com a

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 266
Processo Nº	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

legislação vigente à época, não podendo a contratada suspender ou mesmo interromper o fornecimento da solução durante o período de homologação da mesma.

4.24. Solução integrada de fiscalização e gerenciamento de Infrações de Trânsito

4.24.1. O sistema possuirá retaguarda (back Office) onde serão registradas todas as informações referentes aos agentes de trânsito, postos de trabalho, equipamentos, frota de veículos do município, talonário de multas e autos de infrações de trânsito lavrados de modo off-line e on-line, nos equipamentos.

4.24.2. Funções administrativas do processo de multas e informações cadastrais de condutores de veículos através dos equipamentos.

4.24.3. O sistema deverá ser capaz de registrar e acompanhar os eventos abaixo, a fim de auxiliar a autoridade de trânsito a administrar os recursos envolvidos:

- a) Alocação de contingente para os diversos postos de trabalho da unidade;
- b) Registro e controle dos equipamentos disponibilizados na unidade;
- c) Deverá possuir funções de registro de entrada e saída de equipamentos na unidade, que permitam o controle dos equipamentos disponibilizados na unidade, bem como o histórico de utilização e manutenção dos equipamentos;
- d) Emissão de recibos de entrega e devolução de equipamentos;
- e) Deverá permitir a emissão dos relatórios.

4.24.4. Deverá possuir ferramentas que permitam o contratante monitorar a utilização do sistema pelos agentes, bem como permitir agilidade no julgamento de recursos que forem impetrados pelos motoristas infratores. Sob essa ótica, o sistema permitirá análise, implementação e agilização dos seguintes processos:

[assinatura]

Comissão Permanente de Licitação	Processo Nº
267	Rubrica: <i>Mar</i>



- a) Procedimento dos agentes no ato de aplicar autos de infrações: relatório e consulta via tela para análise individual e comparativa do quantitativo de infrações, dos erros registrados e das anulações de autos de infrações, caso elas existem;
- b) Comportamento na utilização do Sistema pelos agentes de trânsito: relatórios e consultas que produzam informações referentes à quantidade de consultas e a quantidade de autos de infrações aplicados e efetuados, totalizados por agente, por unidade e o total geral.
- c) Auxílio ao julgamento de recursos pela Comissão de Análise de Defesa Prévia e JARI: disponibilizar ao contratante, ou no local estipulado por este, serviço de impressão dos autos de infrações aplicados. Esse serviço será operado pelo próprio pessoal da - e/ou JARI em equipamento disponibilizado mantido e atualizado pela empresa fornecedora. Esse serviço agilizará o processo de julgamento dos recursos;
- d) Análise de estatísticas: fornecer estatísticas ao contratante, reportando as quantidades de infrações por código de infração, por local de ocorrência e por período, permitindo que estes comandos implementem providências imediatas para melhoria do trânsito nas suas regiões.

4.24.5. Para os equipamentos "On-Line", os autos de infrações lavrados serão enviados para o servidor de comunicação no instante da gravação, sendo também salvos no equipamento.

4.24.6. O Sistema "On-Line" deve armazenar os autos de infração de trânsito lavrados em região sem sinal para comunicação, enviando-os de forma automática para o servidor de comunicação no retorno do sinal.

4.24.7. Com o objetivo de agilizar a emissão das notificações das infrações de trânsito para envio aos motoristas infratores, as autuações feitas nos equipamentos, seguirão eletronicamente para os sistemas corporativos, respectivamente selecionados aqueles de competência pertinente. O sistema deverá tratar separadamente esses processos, permitindo-se consultas das quantidades de infrações enviadas diariamente, bem como o "status" de recebimento das infrações pelos sistemas corporativos mencionados.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 268
	Rubrica: <i>Woz-</i>

4.24.8. Deverá ser capaz de emitir o protocolo de envio de autos de infrações.

4.24.9. Prever a exibição On Line e Off Line dos dados da frota de veículos e só permitir o início do processo de autuação após a confirmação do agente que o veículo que cometeu a infração é aquele exibido pelo equipamento, dando ao agente as condições necessárias a validação da informação.

4.24.10. Ainda que sem conexão com a rede, o talonário deve funcionar na modalidade off-line, a fim de evitar o uso do talão de papel. Tais dados serão sincronizados quando da conexão.

4.24.11. Deverá mostrar restrições do veículo, caso existam no cadastro do DETRAN.RJ ou do DENATRAN, se for veículo registrado em outra Unidade da Federação.

4.24.12. A consulta de veículo deve permitir filtro pela placa, chassi, número do RENAVAM.

4.24.13. O equipamento deverá possuir mecanismos de auto completar os campos do auto de infração destinados à identificação do veículo, mediante validação pelo agente. Estes dados devem ser buscados da base nacional e estadual para preenchimento das informações do auto: UF do veículo, município do veículo, marca/modelo do veículo e espécie do veículo. Os dados do veículo devem ser filtrados pela placa e/ou chassi. Caso o veículo possua restrições de roubo/furto, o sistema deverá apresentar um alerta ao agente trânsito.

4.24.14. Deverá possuir mecanismos de auto completar campos do auto de infração para os dados do condutor/infrator, mediante validação pelo agente de trânsito. Estes dados devem ser buscados no RENACH e/ou na base estadual para preenchimento das informações do auto: CNH do condutor/infrator, UF do condutor/infrator, nome do condutor/infrator. Os dados do condutor/infrator devem ser filtrados pela CNH ou pelo CPF. Caso o condutor/infrator esteja com a CNH vencida, suspensa ou cassada, o sistema deverá apresentar um alerta ao agente autuador.

4.24.15. Caso a infração não possua unidade de medida associada, o talonário deverá bloquear o preenchimento de unidades de medidas para evitar inconsistências no registro do auto de infração.



4.24.16. Caso a infração possua uma medida administrativa associada, o talonário deverá alertar ao agente autuador que ele deverá realizar uma medida administrativa após a lavratura do auto de infração.

Comissão	269
Permanente de Licitação	Rubrica: <i>How</i>
Processo Nº	

4.24.17. Todos os autos de infração de trânsito deverão permanecer armazenados no equipamento, a fim de permitir a reimpressão, pelo equipamento, após a autuação. As infrações armazenadas devem estar organizadas em lista e apresentarem o status de sincronizadas ou não com o servidor.

4.24.18. Deve ser capaz de informar a faixa códigos de autos de infração distribuídos para cada aparelho e a quantidade de autos de infração lavrados no aparelho.

4.24.19. Deve permitir o cadastro e atualização remota de infrações do Código Brasileiro de Trânsito - CTB. O sistema deve permitir que o gestor habilite ou desabilite uma infração no sistema, dependendo da competência do órgão autuador.

4.24.20. Deve ser capaz de gerenciar infrações recebidas em conflito, ou seja, infrações nas quais um mesmo agente está logado em dispositivos diferentes e realiza concomitantemente o registro de infrações. O gestor do sistema poderá aprovar ou declinar o registro de infrações em conflito.

4.24.21. Deverá possuir mecanismos de auditoria de consultas de veículos e condutor/infrator, para que o gestor possa visualizar que agente autuador consultou qual informação e quando isso ocorreu, além dos detalhes desta consulta.

4.24.22. Deve ser capaz de gerenciar solicitações de cancelamento de infrações realizadas por agentes autuadores. O gestor do sistema, poderá aprovar ou declinar a solicitação de cancelamento.

4.24.23. Deverá impedir que o agente autuador altere os dados preenchidos após a impressão do auto de infração.

4.25. Solução integrada de fiscalização e gerenciamento de Transportes

4.25.1. O sistema a ser fornecido, para gestão dos transportes concedidos, com possibilidade de controle e autuação sobre empresas, permissionários, motoristas e auxiliares,

veículos, taxas, vistorias e tipos de transporte (taxi, ônibus, van, escolar e outros), deverá ser totalmente customizado às necessidades do IMTT, devendo sua estrutura central possuir, no mínimo as funções e controles relacionados na sequência.

4.25.2. Deverá possuir função que permita a inclusão, exclusão, consulta e a alteração dos tipos de serviço de transportes concedidos e/ou operados pelo Município, conforme relação abaixo, e de outros que venham a ser implantados.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 270
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

a) Tipo de Serviço de Transporte:

- I. Coletivo Público
- II. Complementar
- III. Fretamento
- IV. Escolar
- V. Táxi
- VI. Moto-Frete
- VII. Por Aplicativo

b) Cadastros:

- I. Empresas
- II. Garagens
- III. Delegatários / Permissionários
- IV. Pessoa Física
- V. Pessoa Jurídica
- VI. Motoristas/condutores/auxiliares
- VII. Frota
- VIII. Linhas
- IX. Itinerários
- X. Horários
- XI. Tarifas
- XII. Atividades Irregulares
- XIII. Logradouros

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 277
Processo Nº	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

- XIV. Abrigos /Ponto de Ônibus e de Taxi
- XV. Legislação
- XVI. Fiscais
- XVII. Autos de Infração
- XVIII. Autorizações
- XIX. Renovações

4.25.3. O sistema deverá permitir o controle de documentos, disponibilizando no mínimo, as funções de inclusão, exclusão, alteração e de consultas às bases de dados abaixo relacionadas com suas peculiaridades:

- a) Requerimentos: os requerimentos deverão ser controlados pelo sistema de modo que todos os tipos sejam pré-cadastrados, bem como a relação de documentos a serem apresentados com cada requerimento, para conferência pelos servidores do IMTT, no momento de atendimento aos usuários;
- b) Ofícios: emissão e controle de ofícios a serem gerados com informações do sistema ou não, com a possibilidade de emissão de mala direta, por atividade ou grupo;
- c) Autorizações: emissão e controle de autorizações para as diversas atividades de transportes conforme modelos previamente cadastrados e definidos pelo IMTT;
- d) Declarações: emissão e controle de declarações relativas a dados dos cadastros dos concessionários e permissionários conforme modelos previamente definidos;
- e) Processos: os processos serão gerenciados pelos sistemas corporativos da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, no entanto deverão ter seus números de controle associados ao sistema de gestão de transportes concedidos.

4.25.4. As frotas dos concessionários e permissionários que operam os serviços de transportes no município deverão ser totalmente controladas pelo sistema. Essa função viabilizará a fiscalização dos serviços e subsidiará estudos que possam vir a ser realizados para avaliar idade e condições de conservação dos veículos das empresas.

4.25.5. Todos os dados dos veículos deverão estar disponíveis para imediata atualização no sistema, como por exemplo:

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 272
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

- a) Vistorias
- b) Incorporação / baixa de veículos
- c) Histórico de vistorias, notificações e autuações

4.25.6. Todos os dados de inclusão e exclusão dos veículos deverão ser gerenciados pelo sistema, contemplando todos os dados históricos do veículo que sai do sistema bem como novos registros dos veículos de modo a não permitir o cadastro do veículo em mais de um operador na forma ativa ou mais de um veículo para os casos de pessoa física.

4.25.7. O sistema a ser oferecido também deverá conter um módulo de vistorias que possibilite controlar todas as etapas do processo de vistoria, que são:

- a) Agendamento e reagendamento de vistorias: essa função permitirá que se agendem as vistorias, registrando os locais, datas e horário nos quais serão realizados, inclusive por meio da web;
- b) Itens a vistoriar: essa função deverá permitir o gestor criar e/ou alterar os critérios de vistoria, ou seja, os itens a serem vistoriados, para os diversos tipos de transportes concedidos com emissão de relatórios, histórico e estatísticas de problemas por vistoria e por atividade. Os critérios serão codificados, sendo possível com base nos códigos a emissão de autuações ou notificações.
- c) Laudos de vistorias: essa função deverá emitir os laudos de vistoria a serem entregues aos concessionários e permissionários bem como a notificação para saneamento de irregularidades.

4.25.8. O programa que constará nos equipamentos a serem disponibilizados para a lavratura dos autos de Infração de Transporte cometidos pelos concessionários, permissionários ou autorizados pelo IMTT no exercício da prestação de serviço público de transporte municipal de passageiros e/ou carga, deverá ser acessado somente por pessoal previamente cadastrado e

habilitado orientando-os quanto à obrigatoriedade de preenchimento dos campos do Talonário Eletrônico nas previsões dos regramentos jurídicos vigentes podendo.

Comissão Permanente de Licitação	Rubrica: 273
Processo Nº	5602

4.25.9. O preenchimento do auto de infração não poderá acontecer de forma automática sem a confirmação dos dados pelo agente da fiscalização e sendo que após a finalização do seu preenchimento, o mesmo deverá ser salvo quando ficará disponibilizada novamente a função de lavratura de um novo auto de infração.

4.25.10. Um mesmo agente de fiscalização não poderá estar conectado concorrentemente em mais de um equipamento, após a transmissão dos dados para o processamento.

5. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A SER CONTRATADA

5.1. A necessidade de discriminação dos quantitativos e dos custos unitários e, mais especificamente, da devida relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada se dá por força de mandamento legal vigente, sendo sopesada quanto às necessidades desta Autarquia em atender aos seus próprios servidores e os servidores da Guarda Municipal no âmbito deste município.

ITEM	QTD.	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	85	CÓPIA	Licença de uso de talonário eletrônico de Trânsito
2	15	CÓPIA	Licença de uso de talonário eletrônico de Transporte
3	1	CÓPIA	Licença de uso de Sistema de Gestão de Transporte
4	85	EQUIP.	Locação de equipamento eletrônico para talonário (PDA)
5	50	EQUIP.	Locação de impressora térmica portátil
6	1	CÓPIA	Software de Gestão do Talonário
7	1	CÓPIA	Software de Georreferenciamento
8	1	SERVIÇO	Serviços de suporte e manutenção dos equipamentos e softwares
9	1	SERVIÇO	Serviço de treinamento e implantação

10	85	SERVIÇO	Transmissão de dados entre os PDA, Detran e Corporativo
11	1	SERVIÇO	Armazenamento de dados em nuvem durante o contrato

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 274
Processo Nº	Rubrica: <i>Net</i>

5.2. As quantidades apresentadas foram coletadas a partir das informações prestadas pela Diretoria de Transportes deste IMTT e pela Guarda Municipal, onde foi realizado um levantamento dos agentes fiscalizadores que estarão aptos à utilização dos equipamentos para a lavratura dos autos de infração, sejam eles de trânsito ou de transportes, dando-se origem aos quantitativos descritos neste Termo de Referência.

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. A contratada terá até 10 (dez) dias uteis para dar início a implantação dos serviços descritos neste Termo de Referência, contados da assinatura do seu respectivo contrato.

6.2. O sistema de recebimento do objeto será regido conforme a seguinte sequência, na forma prevista no art.73 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2.1. Provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis, contados da efetiva entrega no Instituto Municipal de Trânsito e Transporte - IMTT, localizado na Rua Barão da Lagoa Dourada, nº 197 – Centro – Campos dos Goytacazes/R.J (segunda à sexta-feira de 09:00 às 17:00 horas), para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com a especificações constando das fases:

- O recebimento provisório dos equipamentos não constitui aceitação dos mesmos;
- A aceitação a que se refere o subitem anterior é condição essencial para o recebimento definitivo dos equipamentos.

6.2.2. Definitivamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a verificação da conformidade dos equipamentos e consequente aceitação.

[Handwritten signature]

6.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ética profissional, pela sua perfeita execução do contrato.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 275
Processo Nº	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar fielmente o objeto deste Termo de Referência dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidades exigidas, cumprindo todos os requisitos estabelecidos.

7.2. As atividades desenvolvidas, resultados operacionais, (resultantes do trabalho executado) durante a vigência do contrato decorrente desta contratação serão de propriedade exclusiva da contratante, não cabendo à contratada, nem aos profissionais neles envolvidos, sendo-lhe vetadas ainda a transferência a terceiros, a qualquer título.

7.3. Formalizar a designação do preposto, para representá-la, junto à contratante, durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário, respondendo pela empresa por todos os atos e fatos gerados ou provocados, sem ônus para a contratante.

7.4. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do IMTT.

7.5. Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do IMTT ao serviço em questão.

7.6. A contratada deverá garantir que todos os equipamentos fornecidos ao IMTT estejam em condições operacionais de uso.

7.7. A contratada fornecerá os equipamentos efetivamente solicitados pelo representante legal, e só poderá incluir o objeto no faturamento mensal após a data de homologação do equipamento em funcionamento pelo representante deste mesmo órgão. Esta data servirá de base para o início da cobrança do serviço. O prazo de homologação não poderá ser superior a 1 (um) dia após a entrega do equipamento.

7.8. A contratada deverá possuir sistema de Help Desk para registro das solicitações de suporte e manutenção e emitir relatório dos atendimentos realizados com a finalidade de gerenciar a qualidade do serviço prestado.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 276 Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo nº	



7.9. Deverá ser garantida a redundância de hospedagem dos sistemas nos servidores da contratada e do Centro de Informações e Dados de Campos – CIDAC, órgão de tecnologia da informação da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, bem como treinamento de seus colaboradores efetivos para salvaguardar as informações de cunho público do Município.

7.10. A contratada deverá colocar à disposição do IMTT suporte técnico para manutenção dos softwares e equipamentos fornecidos pela contratada, que deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, sem interrupções.

7.11. Comunicar ao IMTT, formal e tempestivamente, eventuais intercorrências que possam comprometer os prazos, apresentando antecipadamente as razões justificadoras e propostas de contramedidas, que serão objeto de apreciação.

7.12. A contratada, a título de reserva técnica na implantação dos serviços contratados, deverá possuir quantitativo suficiente para atender o especificado neste termo de referência, objetivando evitar a descontinuidade dos processos executados por cada equipamento, devendo ainda, prover toda e quaisquer necessidades destes consumíveis durante toda a vigência do contrato.

7.13. A contratada deverá fazer um controle por equipamento para verificar o número de ocorrências de reparo. Caso o número exceda o padrão de mercado, ela deverá providenciar a sua substituição por outro de igual configuração.

7.14. Substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

7.15. A contratada deverá fornecer as bobinas de papéis para as impressoras térmicas em quantidade suficiente durante a vigência do contrato.

7.16. A contratada, durante a vigência do contrato, será responsável pela entrega dos equipamentos nos locais previamente definidos pelo IMTT, instalação de software, movimentação e manutenção de todos os equipamentos oriundos da locação, incluindo peças/componentes, transporte dos equipamentos, retorno ao lugar de origem e transferência, conforme orientação da contratante, quando necessário.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 277
Processo Nº	Rubrica: <i>[assinatura]</i>



7.17. A contratada deverá se responsabilizar por todos os equipamentos entregues ao IMTT, destinados ao atendimento deste Termo de Referência, para que em caso de furto ou qualquer outra modalidade de sinistro integral ou parcial que gere dano ao equipamento, possa fazer a reposição sem prejuízo para ambas às partes.

7.18. A contratada, ao término do contrato e após autorização do representante legal do Órgão, poderá providenciar a retirada dos equipamentos.

7.19. A contratada deverá possuir transporte próprio e quadro de equipe técnica suficiente para cumprir o estipulado para atendimento dos serviços de manutenção corretiva.

7.20. A contratada deve arcar com todos os custos envolvidos, tais como: transporte, instalação, manutenção, remanejamento e retirada dos equipamentos e seus componentes, combustível, estadia e equipe de suporte.

7.21. A contratada deve arcar com todos os custos necessários para realização dos atendimentos técnicos.

7.22. A contratada é responsável por danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

7.23. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da contratante.

7.24. Responder, em relação a seus funcionários, por todas as despesas da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, despesas de alimentação e transporte, diárias e outras que porventura venham a ser necessárias para a adequada execução dos serviços.

7.25. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

7.26. A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/91; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Comissão de Licitação	Fis. 278
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

7.27. A ausência da apresentação dos documentos mencionados no item anterior ensejará a imediata expedição de notificação à contratada, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

7.28. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.29. A contratada se comprometerá a manter o absoluto sigilo e confidencialidade com relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso em decorrência das atividades desenvolvidas em cumprimento ao contrato firmado, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além de indenização por perdas e danos.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da empresa contratada, repassando as informações pertinentes à realização dos serviços, oferecendo todas as facilidades para os levantamentos de dados necessários.

8.2. Validar a amostra dos equipamentos enviados pelo fornecedor.

8.3. Fornecer o local para a contratada fazer a entrega ou o remanejamento dos equipamentos solicitados pelo IMTT.



8.4. Efetuar o pagamento das notas fiscais correspondentes ao objeto deste termo, após devido atesto pelos fiscais.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 279
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

8.5. Aplicar deduções nos casos de não cumprimento do acordo contratual.

8.6. Acompanhar, fiscalizar, conferir e a validar os serviços objeto do contrato, por intermédio da fiscalização.

8.7. Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado.

8.8. Notificar à contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção.

8.9. Avaliar e homologar Ordens de Serviços (OS) executadas pela contratada.

8.10. Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa.

8.11. Autorizar alterações nas configurações dos equipamentos (novos componentes internos e externos), nos casos em que:

- a) Algum componente deixar de ser fabricado e/ou comercializado;
- b) Quando for comprovado que algum componente possui algum erro e causa danos ao desempenho do equipamento e consequente diminuição da produtividade;
- c) Quando existir um novo componente mais robusto e com melhor desempenho e/ou mais confiável.

9. DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. O IMTT será o Órgão Gerenciador da pretendida Ata de Registro de Preços.

9.2. Realizar ampla pesquisa de preços semestralmente para aferir a compatibilidade de preços registrados com os efetivamente praticados;

9.3. Gerir os pedidos de adesão dos órgãos e entidades não participantes da Ata de Registro de Preços e orientar os procedimentos dos Órgãos Aderentes.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 280
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

9.4. Não caberão ao Órgão Gerenciador atividades relacionadas à fiscalização e gestão dos contratos que venham a ser firmados pelos Órgãos Aderentes.

10. DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

10.1. A fiscalização do contrato decorrente deste Instrumento caberá aos servidores do IMTT, formalmente designados, que determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Por Fiscalização entende-se o conjunto de atividades exercidas, de modo sistemático, pelo IMTT e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

10.3. A contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance e sujeitar-se à fiscalização do contratante quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes e acatar-lhes as exigências quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e providenciar a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços contratados.

10.4. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo IMTT.

10.5. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

10.6. A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

10.6.1. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da contratada;

10.6.2. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de rotinas de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

Comissão Fiscalizadora Permanente de Licitação	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	281

10.6.3. Avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato, de responsabilidade exclusiva do gestor;

10.6.4. Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela contratada.

10.6.5. Realizar testes de controle, por amostragem, sempre que julgar necessário.

11. DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A contratada deverá executar fielmente suas obrigações, de acordo com as cláusulas avençadas no Edital, no Termo de Referência e na legislação, respondendo uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

11.3. O representante do IMTT anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.4. Caso seja observada pela fiscalização do IMTT alguma das hipóteses caracterizadoras da inexecução total ou parcial do contrato a empresa estará passível da aplicação de sanções administrativas em razão do descumprimento contratual, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais.

11.5. Em todos os casos será garantido a contratada o direito de ampla defesa e do contraditório previamente à eventual compensação no pagamento em decorrência da aplicação de penalidade.

Comissão	282
Permanente	
de	Rubrica:
Licitação	
Processo Nº	

11.6. O valor das multas administrativas não poderá exceder, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

11.7. Em todos os casos, a inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

11.8. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o IMTT pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

11.8.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

11.8.2. Multa:

11.8.2.1. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, limitado à incidência a 15 (quinze) dias, hipótese em que poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

11.8.2.2. Multa Administrativa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração.

11.8.2.3. Multa de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) do valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por

cento), na hipótese de recusa injustificada da contratada em apresentar a garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, e/ou recompor o valor da garantia no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após regularmente notificada.

Comissão Permanente	283
Licitação	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

11.8.2.4. Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o IMTT poderá:

a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;

b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

11.8.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.8.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o IMTT pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.9. As sanções previstas nos subitens 11.8.2.2 e 11.8.2.3 (multa administrativa) poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.10. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.11. A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela contratante.

11.12. Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a contratante continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o ~~valor remanescente da~~ garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 284
Processo Nº	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

11.13. Não será aplicada multa administrativa se, comprovadamente, ~~o atraso na prestação do~~ serviço advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

11.14. Nas reincidências específicas, a multa administrativa deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

12. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

12.1. A modalidade de licitação adotada para REGISTRO DE PREÇO da futura e eventual contratação dos serviços descritos no presente Termo de Referência será a modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo em vista o disposto no Art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na medida em que o mesmo se destina à aquisição de bens e serviços comuns, e o disposto no inciso II do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

12.2. A legislação aplicável ao processo e à contratação do objeto do presente Termo de Referência também encontra amparo legal no Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores, e subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

13. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os serviços especificados no presente Termo de Referência são considerados comuns pela legislação, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital e seus anexos, por meio de especificações usuais praticados no mercado e a seleção da proposta

mais vantajosa, por conseguinte, será realizada com base nos preços ofertados, desde que atenda as especificações técnicas exigidas.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 285
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

14. DA JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

14.1. A contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de tecnologia da informação, para a lavratura e impressão de auto de infração de trânsito e de transporte, a ser executado de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, visando atender toda demanda deverá ser contratada de modo agrupado.

14.2. Com o fracionamento dos talonários de trânsito e transportes, bem como dos equipamentos e softwares, seria necessário a abertura de diversos processos de licitação, implicando em riscos de atrasos decorrentes de recursos, impugnações e outros eventos que podem levar no retardamento da execução do objeto como um todo.

14.3. Uma das motivações para o agrupamento decorre do óbice encontrado pelo IMTT na imputação de eventuais responsabilidades, bem como, do consequente ressarcimento de eventuais danos sofridos pela Autarquia caso a contratação ocorra de modo parcelado, na medida em que os equipamentos de diferentes empresas gerariam o aumento da complexidade de gerenciamento de diversos fornecedores na execução do projeto, o que demandaria riscos maiores para conclusão da solução.

14.4. Ademais, a contratação nesses moldes assegura, concomitantemente, ser técnica e economicamente viável, principalmente na medida em que não haverá perda da economia de escala, com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade diante ao objeto licitado.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A licitante adjudicatária deverá assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) em até 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da convocação.

15.2. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma única vez, desde que solicitado formalmente durante o prazo transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

Comissão Permanente de Licitação	Processo Nº
Rubrica: <i>[assinatura]</i>	186

15.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do respectivo extrato.

15.4. A gestão da Ata de Registro de Preços caberá ao Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Campos dos Goytacazes (IMTT), sito a Rua Barão da Lagoa Dourada, nº 197 – Centro – Campos dos Goytacazes – RJ.

15.5. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. Os recursos necessários à realização da futura pretendida contratação correrão à conta do referido programa de trabalho:

- a) Fonte de Recurso: 0210
- b) Programa de Trabalho: 04.122.0095.2484.0000
- c) Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00

17. DO PRAZO CONTRATUAL

17.1. O prazo de duração do futuro e eventual contrato, quando da sua assinatura, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município,

referente aos itens de serviço e de locação de equipamentos, sendo estes ~~últimos, proporcionais~~ aos meses que forem sendo solicitados e implantados.

Comissão Permanente de Licitação	Fig.: 287
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

17.2. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

17.3. Todas as eventuais prorrogações de contratos serão precedidas da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados ou por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

17.4. Será permitida a prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que promovido através da competente celebração de termo aditivo de contrato e observado ainda o seguinte:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente pela contratada;
- b) O IMTT mantenha o seu interesse na realização do serviço;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para o IMT;
- d) A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação do contrato.

17.5. A duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, quando for o caso, ser prorrogada até o limite previsto neste Termo de Referência.

18. DA FORMA DO PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos serão efetuados, mensalmente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Município de Campos dos Goytacazes (atualmente Banco Santander), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato, após a conferência, de acordo com o estabelecido nos itens relativos ao descumprimento contratual.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 288
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

18.2. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

18.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

18.5. Na hipótese do subitem anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

18.6. Pelo cumprimento do objeto contratado, o contratante pagará ao contratado a quantia relativa à efetiva execução do serviço, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o contratante.

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se para tanto o índice IGPM-FGV exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, na forma do que dispõe o artigo 40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Comissão Permanente de Licitação	Rubrica: <u>289</u>
Processo Nº	<u>Nota</u>

19.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.6. O reajuste será realizado por apostilamento, salvo quando coincidir com eventual prorrogação do contrato.

19.7. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da contratada.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. A comprovação de aptidão será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, consoante redação do §1º, do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93.

20.2. Um único atestado técnico é suficiente para a demonstração da experiência anterior do licitante, que comprove a execução dos serviços e entrega dos itens compatíveis e/ou similares com os objetos desta licitação, sendo possível o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a sua capacidade técnica.

20.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

20.4. Os atestados deverão conter todos os serviços conforme este termo, talonário eletrônico de multas de trânsito e sistema de talonário eletrônico de transportes.



20.5. As empresas licitantes deverão apresentar declaração de que possui, em nome da própria licitante, o software do talonário eletrônico de Auto de Infrações de Trânsito com sua devida homologação pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, e que o talonário eletrônico esteja em conformidade com as especificações da Portaria nº 099, de 01 de junho de 2017, especialmente o que dita seu art. 5º, e em conjunto com o que dispõe a Portaria nº 124, de 19 de junho de 2017, ambas do DENATRAN. Esta declaração deve constar do envelope de habilitação da empresa na sessão pública da licitação.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 290
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

21. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

21.1. No que concerne à comprovação do atendimento dos requisitos mínimos de habilitação, cabem os autos serem instruídos com todos os documentos exigidos nos artigos 27, 28, 29 e 31 da Lei Federal nº 8.666/93.

21.2. Após a contratação, a contratada deverá manter durante toda vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação de que trata o inciso XIII, do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

21.3. Para efeitos de qualificação econômico-financeira a empresa interessada deverá apresentar:

21.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

21.3.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

21.4. Para efeitos de habilitação será exigido das empresas interessadas, a comprovação de patrimônio líquido mínimo, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 291
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

21.5. O patrimônio líquido a que se refere o subitem anterior não poderá ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, considerando o período de 12 (doze) meses devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

21.6. A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.

22. DA PROVA DE CONCEITO

22.1. Será exigida do primeiro colocado, no processo licitatório, às suas expensas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, uma amostra da solução do Talonário Eletrônico, para a realização de testes, que serão realizados nas dependências do IMTT.

22.2. A amostra será analisada por representante do contratante, que emitirá laudo motivado acerca da solução integrada apresentada.

22.3. O processo de amostra será monitorado e cronometrado pelo contratante a fim de garantir que o desempenho da solução seja adequado às necessidades da contratante e serão processados no mínimo as quantidades abaixo relacionadas:

22.4. Ações corretivas deverão ser tomadas sempre que resultados reais desviarem significativamente do resultado esperado.

22.5. O licitante terá no máximo 05 (cinco) dias úteis para realizar as ações corretivas quando será realizado novo teste, porém, após este teste não será concedida nova possibilidade de ações corretivas no caso de quaisquer itens que não atendam o estabelecido.

22.6. Estará eliminada do certame a empresa que não atender quaisquer itens relacionados acima após o período de ações corretivas.

22.7. A proposta do licitante será desclassificada caso a amostra seja reprovada, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo.

Comissão Permanente de Licitação
 Rubrica: *[Assinatura]*
 Processo Nº: *292*

22.8. A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

Teste de Capacidade Técnica	Quantidade	Observação
Autos de Infração de Trânsito e Autos de Infração de Transporte	25	Sendo 15 de infração de trânsito e destes 5 obrigatoriamente off line e 10 de infração de transporte.
Recebimento de talão de multas de trânsito ON LINE	1	O PDA deverá ser carregado com bloco de 10 talões e deverá receber mais 2 blocos durante a amostra.
Consultas prévias ao talonário bloco e autos lavrados	2	Deverá ser comprovado que não existem autos de infração no PDA e que só existe um bloco com 10 talões no PDA.
Impressão	3	Deverão ser impressas 5 vias de 3 infrações a serem escolhidas pelo técnico (contratante).
Cadastro de Novo Usuário	3	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Teste de Login com Novo Usuário (Validar Tentativa de Acesso com Senha Errada)	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Cadastrar Novo Grupo de Acesso	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Configurar as Permissões do Novo Grupo de Acesso	1	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Atribuir o Usuário ao Novo Grupo de Acesso	1	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Validar o Novo Perfil de Acesso (Interfaces/Funções do Sistema)	1	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Efetuar o Cadastro Básico de Pessoa Física	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Efetuar o Cadastro Básico de Pessoa Jurídica	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados

[Assinatura]

Comissão Permanente de Licitação
 Fls.: 293
 Rubrica: *[assinatura]*
 Processo Nº

Efetuar o Cadastro Básico de Veículo	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Cadastro de Empresa	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Cadastro de Permissionário	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Cadastro de Motorista Auxiliar	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Contrato/Distrato Permissionário/Motorista	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Cadastro de Frota	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Emissão de Alvará Eletrônico	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Validação de Alvará Eletrônico	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Cadastro de Linhas	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Cadastro de Itinerários	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Cadastro de Pontos e Terminais	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Agendamento de Vistoria	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Execução de Vistoria Eletrônica	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Transmissão da Vistoria para o Servidor	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Validação da Vistoria no Sistema	1	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Impressão do Laudo de Vistoria	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Lavatura de Auto de Infração No Talonário Eletrônico de Transporte	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Transmissão do Auto de Infração para o Servidor	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 234
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

Validação do Auto de Infração no Sistema	1	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Permitir lavratura de Autor de Infração de Transporte ato administrativo do transporte concedido	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Permitir Consulta de Veículos do Transporte Concedido	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Permitir Consulta de Condutores do Transporte Concedido	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Permitir Consulta de Permissionários do Transporte Concedido	1	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Impressão do Auto de Infração	2	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Validar as informações de Localização dos Agentes	1	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados
Validar as Informações de Operação no Mapa	1	Verificação se atende ou não atente aos itens mencionados

22.9. No ato da apresentação da amostra, o licitante deverá apresentar equipamentos, softwares ofertados e toda a documentação técnica dos sistemas desenvolvidos, como também os respectivos manuais.

22.10. Em atendimento ao princípio da publicidade, será franqueada a presença de quaisquer interessados, inclusive dos demais licitantes, na sessão de realização da avaliação de amostras, seguindo os princípios da sessão pública para recebimentos de propostas.

23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

23.1. A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade de três meses após o término de vigência regular do contrato, conforme previsto no art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações, mediante a opção por uma, ou mais de uma, das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 195
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

23.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

23.3. Caso o valor do contrato seja alterado, consoante Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

23.4. A não apresentação da garantia, ou atraso na entrega, será passível de aplicação das penalidades previstas na lei, bem como, seu desconto junto ao faturamento.

23.5. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

24. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será admitida a cessão ou transferência, consórcio e subcontratação, total ou parcial da prestação de serviço objeto da presente contratação.

25. COOPERATIVA

25.1. Na contratação pretendida, fica categoricamente vedada a possibilidade de participação de cooperativas, não havendo de ser cotejada tal hipótese.

26. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do contratado com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação

exigidos na contratação original e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Edital, bem como, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do fornecimento, quando for o caso.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 296
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Antes de apresentar a proposta, a empresa interessada deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

27.2. A proposta deverá englobar todos os custos relativos aos serviços, tributos, tarifas e emolumentos, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação fiscal e previdenciária, contendo na planilha de custos a formação dos preços, com detalhamento de todos os elementos que influam no custo.

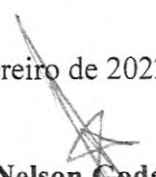
27.3. A contratada, quando da formação dos preços, deverá observar as quantidades e especificações necessárias à perfeita execução dos serviços em atendimento ao presente instrumento, não podendo, em caso de inobservância, ser alvo de justificativa para posterior acréscimo ou reajuste, além dos casos previstos na legislação em vigor.

27.4. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

27.5. Os casos eventualmente omissos e as dúvidas que surgirem durante a execução deverão ser resolvidos entre as partes, por meio de procedimentos administrativos.

27.6. A contratada se obrigará a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento.

Campos dos Goytacazes (RJ), 04 de fevereiro de 2022.


Nelson Godá
Presidente do IMTT
Mat.: 40.605

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 297
Processo Nº	Rubrica: <i>Nota</i>

ANEXO I

RESUMO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº ____/2021

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL 12 MESES (R\$)
1	Licença de uso de talonário eletrônico de Trânsito	85	CÓPIA			
2	Licença de uso de talonário eletrônico de Transporte	15	CÓPIA			
3	Licença de uso de Sistema de Gestão de Transporte	1	CÓPIA			
4	Locação de equipamento eletrônico para talonário (PDA)	85	EQUIP.			
5	Locação de impressora térmica portátil	50	EQUIP.			
6	Software de Gestão do Talonário	1	CÓPIA			
7	Software de Georreferenciamento	1	CÓPIA			
8	Serviços de suporte e manutenção dos equipamentos e softwares	1	SERVIÇO			
9	Serviço de treinamento e implantação	1	SERVIÇO			
10	Transmissão de dados entre os PDA, Detran e Corporativo	85	SERVIÇO			
11	Armazenamento de dados em nuvem durante o contrato	1	SERVIÇO			
TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES						R\$

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)

Carimbo da pessoa jurídica com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 298
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº ____/2021

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
sediada na _____(endereço completo)_____, neste ato representada
pelo seu representante legal, o Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o
nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____,

DECLARA, que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual, eventuais
equipamentos e extensão dos serviços), tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, considerando-
as atendidas e plenamente capacitada a elaborar a proposta, nos termos e condições
estabelecidas no edital e seus anexos, assumindo a responsabilidade por eventuais problemas
na sua execução, não podendo ser alegado desconhecimento das condições de execução
contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua
implementação ou alterações do objeto contratual.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)

Carimbo da pessoa jurídica com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes
Instituto Municipal de Trânsito e Transporte



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 299
	Rubrica: <i>[Signature]</i>
Processo Nº	

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº ____/2021

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
sediada na _____(endereço completo)_____, neste ato representada
pelo seu representante legal, o Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o
nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____,

DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar e de impedimento de licitar e contratar por qualquer ente ou entidade da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, cujos efeitos ainda vigoram.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)

Carimbo da pessoa jurídica com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)



Instituto Municipal de Trânsito e Transporte
Rua Barão da Lagoa Dourada, nº 197 - Centro - Campos dos Goytacazes - RJ / CEP: 28035-211
Tel: (22) 98175-1160 - presidencia.imtt@campos.rj.gov.br / www.campos.rj.gov.br

[Handwritten signature]

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 300
Processo Nº	Rubrica: <i>Silva</i>

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

Ref. (... Concorrência ou pregão ou edital ...) nº ____/2021

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
sediada na _____(endereço completo)_____, neste ato representada
pelo seu representante legal, o Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o
nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____,
DECLARA, sob as penas da Lei, e em cumprimento ao disposto no art. 4º inciso VII, da Lei nº
10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e seus
anexos.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)

Carimbo da pessoa jurídica com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)